



## *Conselho Nacional de Justiça*

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 1960-35.2011.2.00.0000**

**RELATORA : CONSELHEIRA MORGANA RICHÁ**

**REQUERENTE : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE GOIÁS - ASMEGO**

**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

**ASSUNTO : TJGO - DECRETO 890/2011 - SUSPENSÃO - EDITAIS DE PROMOÇÃO/REMOÇÃO - COMARCA DE GOIÂNIA - INSTALAÇÃO - VARAS**

**Ementa:** PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. INSTALAÇÃO DE VARA E JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS NA CAPITAL. LEI ESTADUAL. PARCIALMENTE PROCEDENTE.

I – A Lei Estadual n. 13.111/97, ao regulamentar a implantação dos Juizados Especiais e das Turmas Julgadoras, estabeleceu prazo máximo de três anos para instalação, inerte a Corte até a presente data, em afronta ao princípio da legalidade.

II – Ausente previsão específica na Lei n. 16.872/10 quanto ao prazo de instalação da 16ª Vara Civil da Capital, configurada incumbência privativa do Tribunal a respectiva implementação, obedecendo ao juízo de conveniência e oportunidade.

III – Procedimento de Controle Administrativo que se julga parcialmente procedente para desconstituir o Decreto Judiciário n. 890/11 no tocante à revogação dos Decretos Judiciários ns. 3.209/10 e 3.210/10, devendo o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás promover a instalação do 9º e 10º Juizado Especial Criminal na Comarca de Goiânia no prazo de 180 dias.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo no qual a requerente pretende seja reconhecida a ilegalidade do Decreto n. 890/2011 do Tribunal de Justiça de Goiás e determinada a análise dos pedidos de promoção e/ou remoção aos cargos de juízes de direito da 16ª Vara Cível e dos 9º e 10º Juizados Especiais Criminais da Comarca de Goiânia.

Relata inicialmente ter sido prevista a instalação da 16ª Vara Cível e do 9º e 10º Juizado Especial Criminal da Capital através dos Decretos ns. 3.209, 3.210 e 3.223 da Presidência do TJ, fundamentados nas Leis Estaduais ns. 16.872/2010 e 13.111/97.

Aduz, todavia, que na sessão extraordinária de 09/02/2011 aprovado o Decreto Judiciário n. 890/2011 que revogou a instalação dos mencionados Juízos, tornando sem efeito os editais de promoção e remoção para respectivas varas, o que entende ilegal e arbitrário, pois em afronta às disposições de lei e garantias constitucionais.

Transcreve o disposto na Lei Estadual n. 16.872/2010, que criou 04 novas varas cíveis não especializadas na Comarca de Goiânia, dentre elas a 16ª, cujo provimento *“deveria se dar entre juízes de direito de entrância final que na data da publicação exercessem função junto à Corregedoria Geral de Justiça e a Diretoria do Foro”* (sic), além da previsão contida na Lei Estadual n. 13.111/97 no sentido de que as unidades judiciárias deveriam ser instaladas em 03 anos.

Prossegue ao argumento de que a medida não constitui discricionariedade da Administração, pois decorre de embasamento legal, impossibilitada a revogação.

Rebate os motivos expostos como razão do ato impugnado seja porque de conhecimento público a existência de espaço físico desocupado para fins de “reserva técnica”, seja porque o Tribunal possui recursos orçamentários para efetivação das unidades.

Segundo afirma a instalação pretendida já produziu efeitos jurídicos e consequências legais intransponíveis em razão dos editais de promoção e/ou remoção publicados eletronicamente com prazo de 10 dias, encerrado em 26/01/2011, momento em que constituído o direito líquido e certo dos magistrados inscritos.

Destaca ainda que a *“discricionariedade administrativa não tem o condão de revogar ao ato jurídico perfeito, que não está maculado de nenhum vício de nulidade, lembrando que o juízo de oportunidade e conveniência para instalação das unidades judiciárias já foi exercido quando da edição da lei de criação”*.

Acrescenta que o decreto questionado reabriu o prazo dos editais de promoção e/ou remoção para o cargo de juiz de direito de outras varas judiciais, cujos prazos findaram em 26/01/2011.

Em sede de liminar apontam grave prejuízo aos magistrados goianos em virtude da insegurança jurídica instalada no processo de ascensão na carreira, reaberto prazo para promoção/remoção para unidades diversas, que também já estavam encerradas. Requer a suspensão do julgamento de todos os editais até julgamento final da medida, ou subsidiariamente, seja determinada a imediata instalação da 16ª Vara Cível e dos 9º e 10º Juizados Especiais Criminais da Capital com julgamento dos pedidos formulados em decorrência do edital de 14/01/2011.

Instado à manifestação o Tribunal requerido informa a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Estado, bem como de quatro Varas Cíveis não especializadas na Comarca de Goiânia. Registra que o então Presidente da Corte resolveu em 10/01/2011 pela instalação de todas as varas e juizados. Ocorre que em fevereiro de 2011 a Corte Especial do TJGO aprovou por meio de decreto judiciário a revogação dos Decretos ns. 3.209/10, 3.210/10 e 3.223/10, haja vista a ausência de espaço físico para acomodação das novas unidades judiciárias, associada à limitação orçamentária, justificando o ato no poder discricionário da Administração.

Acresce que além dos empecilhos de ordem material, inoportuna a instalação imediata das referidas unidades, especificamente dos juizados especiais criminais, pois a comarca conta com outras seis unidades desta espécie, com pequeno número de feitos em tramitação.

Destaca ausente prejuízo aos magistrados, pois quando da revogação do ato os editais destinados ao provimento sequer haviam sido votados, reaberto o prazo de cinco dias a fim de que os juízes pudessem optar por outros juízos vagos.

#### **É o relatório. Passo a votar.**

Por meio do Procedimento de Controle Administrativo em curso a Associação requerente visa a desconstituição do Decreto n. 890/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e, via de consequência, sejam efetivamente instalados o 9º e 10º Juizados Especiais Criminais da Comarca de Goiânia, bem assim a 16ª Vara Cível da mesma localidade, assegurado o provimento das mencionadas unidades judiciárias de acordo com os requerimentos para promoção/remoção entregues até 26/01/2011.

O ato impugnado, editado pelo Presidente do TJGO em 09/02/2011, revogou os Decretos Judiciários ns. 3209, 3210 e 3223, de 29/12/2010, que destinaram, respectivamente, o

9º e 10º Juizado Especial Criminal e a 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, sob o fundamento de que ausente espaço físico para a efetiva acomodação das novas unidades, além da circunstância da limitação orçamentária.

Ademais, declarou sem efeito os editais de remoção e/ou promoção dos citados juízos, publicados em 14/01/2011 e determinou a reabertura do prazo para inscrição à promoção e/ou remoção de unidades diversas, aos magistrados inscritos para concorrerem ao 9º e 10º Juizados Criminais e 16ª Vara Cível.

Emerge, portanto, que a essencialidade da matéria trazida à análise do Conselho está consubstanciada na irregularidade do ato do Tribunal que refluíu da decisão anterior de instalar todas as varas e juizados especiais criados por meio de lei.

Pois bem.

Cumprido de imediato o registro de que o artigo 96 da Constituição da República garante aos tribunais brasileiros competência para a organização e o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como zelar pela autonomia dos Tribunais (art. 103-B, § 4º, I, CF/88). Na esteira de tais normas este Conselho tem se manifestado no sentido de que não deve intervir em aspectos privativos de sua atuação, exceto no caso de evidente ilegalidade na prática de ato administrativo.

Assim o CNJ não substitui o Tribunal de Justiça nem pode ofender sua autonomia administrativa e financeira, mas apenas controlar os atos que desbordem os limites da legalidade ou quando presente omissão por parte da Corte.

Exatamente neste aspecto o prosseguimento da análise vertente, haja vista a criação das unidades jurisdicionais referenciadas mediante previsão legislativa estadual, senão vejamos.

A Lei n. 13.111/97, que dispõe sobre a criação de cargos e funções para implantação e provimento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e das Turmas Julgadoras do TJGO, prevê de forma expressa o prazo de instalação dos Juizados, consoante se infere abaixo:

Art. 4º. A instalação dos juizados criados pela Lei nº 12.832/96, conforme § 2º do seu artigo 8º, dependerá de resolução do Tribunal de Justiça, **com implantação e**

**provimento dos cargos e funções em três anos**, de acordo com os anexos desta lei.

Emerge, pois, que a legislação, ao regulamentar a lei de criação destas unidades judiciárias, estabeleceu prazo máximo de três anos para instalação correspondente, inerte a Corte requerida até a presente data em descumprimento da norma. Note-se que a legislação foi publicada em 22/07/1997, passados aproximadamente quatorze anos desde a sua edição até os Decretos ns. 3.209/10 e 3.210/10.

Nesta senda, inviável a prosperar as assertivas do TJGO no sentido de que inoportuna a imediata instalação das unidades judiciárias. Segundo os princípios que regem a Administração Pública, a vontade do administrador é aquela decorrente da lei. Celso Antonio Bandeira de Melo ao discorrer sobre o princípio da legalidade leciona (*in* Curso de Direito Administrativo, 26ª edição):

“Este é o princípio capital para a configuração do regime jurídico-administrativo. Justifica-se, pois, que seja tratado – como será – com alguma extensão e detença. Com efeito, enquanto o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é da essência de *qualquer Estado*, de qualquer sociedade juridicamente organizada com fins políticos, o da legalidade é *específico do Estado de Direito*, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria. Por isso mesmo é o princípio basilar do regime jurídico-administrativo, já que o Direito Administrativo (pelo menos aquilo que como tal se concebe) nasce com o Estado de Direito: é uma consequência dele. É, em suma, a consagração da ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de *comandos complementares à lei*”.

Assim, considerada a completa submissão da Administração às leis, irregular o ato questionado no tocante à revogação da instalação do 9º e 10º Juizado Especial Criminal, por traduzir afronta ao princípio da legalidade, sem que se possa falar em juízo discricionário da Corte neste particular.

Nada obstante a determinação legislativa, desarrazoado concluir pela imediata instalação das unidades, consideradas as providências organizacionais necessárias para a implementação, o que certamente demanda tempo considerável para o estabelecimento de

cronogramas de trabalhos, elaborados a partir de critérios técnicos, “*inclusive para viabilizar eventual locação e adequação de imóvel*”, donde se infere, de igual modo, indispensável lapso hábil para o provimento dos cargos correspondentes.

Por sua vez, exame diverso ocorre em relação à instalação da 16ª Vara Civil da Capital, prevista a respectiva criação no art. 4º da Lei 16.872/2010, com a seguinte redação:

**At. 4º. Ficam criadas 4 (quatro) Varas Cíveis não especializadas na Comarca de Goiânia, que serão a 13ª, 14ª, 15ª e 16ª**, com um cargo de Juiz de Direito de entrância final em cada, cujo primeiro provimento se dará pelos Juízes de direito que, na data de publicação desta Lei, desempenhem funções junto à Corregedoria Geral da Justiça e Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia, com direito de opção exercida em ordem de antiguidade na Comarca.

De clareza o texto normativo ao dispor sobre a criação das Varas Cíveis na Comarca de Goiânia, ausente previsão específica quanto ao prazo de instalação, configurada, desta forma, a incumbência privativa do Tribunal para organização e o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais, obedecendo ao juízo de conveniência e oportunidade.

Neste aspecto inexistente violação ao princípio da legalidade, pois a Administração no caso específico pode revogar o ato de instalação, considerado inconveniente ao interesse público. Nas lições de Maria Sylvia Zanella di Pietro, *in* Direito Administrativo, 22ª ed., revogação é “*o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência*”.

Não é demasia acrescentar que matéria semelhante já foi objeto de análise e deliberação deste Conselho, nos autos do PCA n. 338, de Relatoria do Cons. Paulo Schmidt, abaixo reproduzido:

“A questão embora revestida de alto interesse não deixa de ser singular para efeitos deste procedimento de controle administrativo. Com efeito, insurge-se a OAB de Subseção de Barra Mansa/RJ contra a Resolução nº 19/2006 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que autoriza o Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça daquele tribunal, mediante Ato Executivo Conjunto, revogar o ato de instalação de duas varas daquela comarca, uma cível e outra criminal, ocorrendo a vacância do cargo de magistrado.

(...)

Relativamente ao princípio da legalidade, não vejo ofensa ao preceito de que a lei ampara o ato atacado. Veja-se que o art. 1º dá poderes para a administração revogar o ato de instalação, e não o de extinguir o órgão, essa sim com reserva na lei. Assim como órgão jurisdicional carece de lei para ser criado, também a sua extinção tem a mesma exigência, no que tem razão a autora. Ocorre que o

tribunal, a qualquer tempo, poderá instalar esse órgão (criado por lei) em outra localidade, inclusive com competência diversa, sem que careça de lei para tanto, pois estará no exercício da faculdade que lhe atribui o § único do art. 68 do CODERJ: ....”

Por fim, não há falar em ofensa ao direito adquirido dos magistrados que se inscreveram para promoção e/ou remoção aos Juizados Especiais em tela e à 16ª Vara Cível da Capital, revogada a instalação dos juízos anteriormente à votação dos respectivos atos de provimento.

Na esteira dos fundamentos acima exarados, julgo **parcialmente procedente** o Procedimento de Controle Administrativo, para desconstituir o Decreto Judiciário n. 890/2011 no tocante à revogação dos Decretos Judiciários ns. 3.209/10 e 3.210/10, devendo o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás promover a instalação do 9º e 10º Juizado Especial Criminal na Comarca de Goiânia no prazo de 180 dias.

Considerada a impossibilidade de insurgência contra as decisões plenárias deste Conselho, determino o arquivamento do feito, após as comunicações de praxe.

Brasília, 21 de junho de 2011.

**Conselheira MORGANA RICHA**  
**Relatora**